

Prefeitura discorda do aterro da Comdusa

GAZ, 02/10/180

O secretário municipal de Obras, Laerce Machado, advertiu ontem a Companhia de Melhoramentos Urbanos (Comdusa), em contato direto amaldiçoado pelo telefone com seu diretor-presidente, José Peixoto Miguel, da determinação da Prefeitura, através do Plano Diretor Urbano, que proíbe o aterro de mangues e mares, ao mesmo tempo em que pediu esclarecimentos sobre o conteúdo do projeto do aterro hidráulico que a Companhia pretende iniciar este mês na região do mar, compreendida entre a Segunda Ponte e Ilha das Caieiras.

Embora a intenção de aterrar aquela área tenha sido negada pelo diretor presidente da Comdusa, José Peixoto Miguel — ele alegou tratar-se apenas do aterro de uma área, na qual os trabalhos de assoreamento estão iniciados, na região compreendida entre a Rodoviária e o Cais do Hidroviário — o secretário Laerce Machado informou a Comdusa que a viabilização do projeto, sem a necessária autorização da Prefeitura, "fere completamente os princípios do Plano Diretor Urbano". Ele solicitou, inclusive, uma análise pela Prefeitura do projeto "para evitar os possíveis desencontros entre os dois órgãos governamentais".

SURPRESA

Embora a elaboração do projeto tenha tido início em setembro de 1978, o secretário municipal de Obras, Laerce Machado, desconhecia qualquer iniciativa ou intenção nesse sentido, dizendo estar "surpreso e até descrente" que tal fato estivesse ocorrendo. Sem mesmo conhecimento da existência e do teor do projeto,

Laerce Machado chegou a declarar que "a PMV é contra qualquer aterro no Município".

Mesmo diante dessa posição frontalmente contrária aos aterros de mangues no Município, Laerce Machado assegurou que a Prefeitura não vai adotar nenhuma medida, apenas esperar que a Comdusa mantenha contato informando sobre suas intenções. Incontinenti, Laerce Machado, após fazer essas declarações, solicitou ligação telefônica para a Comdusa tentando, através do acerto de um contato direto com o responsável pela Comdusa, esclarecer as dúvidas e obter maior informação ou confirmação das notícias veiculadas através da imprensa.

Reiterando sua posição de que "o mar e os mangues devem ser preservados", Laerce Machado declarou que a Prefeitura "proíbe quaisquer órgãos de aterrarem os mangues", complementando que tal atitude "fere completamente os princípios do Plano Diretor Urbano".

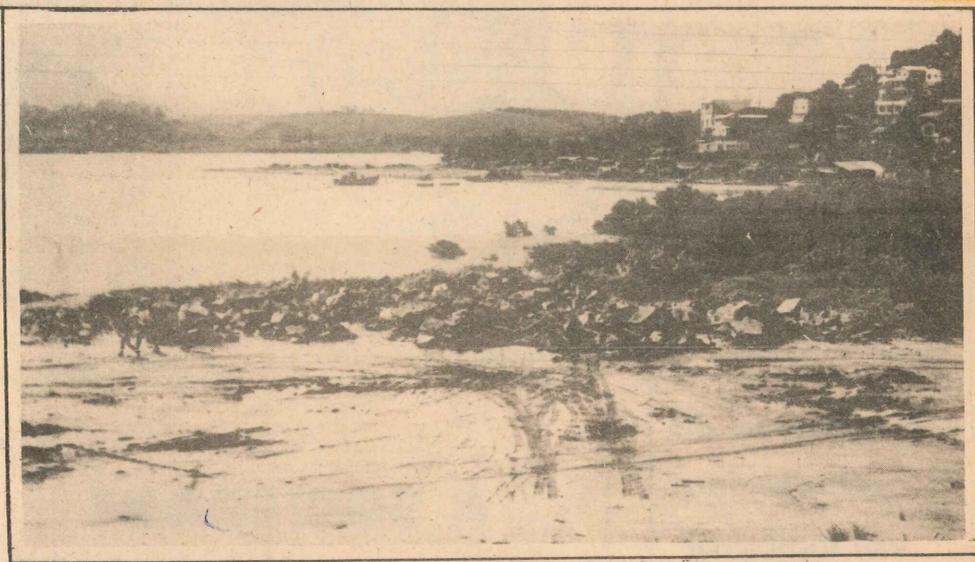
ACUSAÇÃO

Também o Instituto dos Ar-

quitetos do Brasil (IAB) desconhecia a existência desse projeto da Comdusa. O vice-presidente da entidade, Kleber Frizzera, bastante surpreso, pronunciou determinadas expressões que denotavam sua opinião sobre o projeto, e classificou de "criminoso", "desavergonhado" e de "loucura" a atitude tomada pela Comdusa. Kleber Frizzera encontrou também nessa decisão da Comdusa de aterrar a região do mar compreendida entre a Segunda Ponte e Ilha das Caieiras, "uma contradição dentro das próprias finalidades da Companhia", que seria a de promover melhoramentos e zelar pelo interesse comunitário.

Com relação à viabilização do projeto, e mesmo de sua elaboração, Kleber Frizzera viu nessa atitude uma "oposição frontal aos objetivos do PDU", acusando a Comdusa de colocar os interesses econômicos de negociação da área aterrada à frente da decisão política e do interesse das comunidades que participam do debate para a reformulação do PDU, que será levado até março à votação na Câmara Municipal, e provavelmente em abril deverá vigorar como lei.

Além de acusar a Comdusa de "ter passado por cima de uma decisão política da comunidade", Kleber Frizzera viu na atitude adotada pela Comdusa o "raciocínio de uma empresa privada".



Toda essa região da baía de Vitória pode ser aterrada pela Comdusa

Pescadores não gostaram

O presidente da Associação Profissional dos Armadores de Pesca de Vitória, José Felipe dos Santos Junior classificou ontem de "criminoso" o aterro projetado pela Cia. de Desenvolvimento Urbano S/A (Comdusa) ligando as ilhas do Príncipe e Caieiras, para a venda de terrenos a firmas comerciais.

Conforme José Felipe as implicações são muitas, desde a destruição da vida marinha até os prejuízos para o próprio canal de acesso à baía de Vitória, que sofrerá um assoreamento tão impetuoso que "a Portobrás terá de manter em funcionamento constante uma draga para possibilitar a atracação de navios".

O presidente da Associação dos Armadores de Pesca explicou ainda a destruição daquela cobertura de mangue poderá ter uma influência muito grande na vida animal marítima, destruindo uma das reservas de maior porte de peixes que o Espírito Santo tem. Para ele, a costa de Vitória e municípios vizinhos poderá ficar inviabilizada para a pesca, "pois a região da Ilha das Caieiras é um reservatório natural de atração e renovação de peixes que não deve ser tocada".

Para José Felipe, a cobertura de mangue que o Espírito Santo

tem já é diminuta e não deve ser destruída, até mesmo em seus mínimos pontos. "Devemos levar em conta que os mangues são em 70 por cento compostos, no seu primeiro centímetro de sua camada superior, de fitoplâncton (microorganismos vegetais) e o restante de zooplâncton (microorganismos minerais), que são as primeiras e necessárias condições de vida".

Destruir isto, na opinião do presidente da Associação dos Armadores de Pesca, é um grande crime. "É necessário que se saiba que nós temos 35 tipos de sardinha que se desenvolvem nos mangues; temos cinco tipos de camarões que se desenvolvem na lama dos mangues; se for feita uma mudança artificial naquela região vai acabar com tudo", explica José Felipe.

— Diversas espécies de peixes, inclusive o atum, se aproxima da costa do Espírito

Santo por causa dos mangues. Esses mangues produzem o que eles necessitam para viver, ou seja a alimentação. Acabar com essa vegetação marinha é o mesmo que enxotar de nossa costa o peixe de qualidade superior — reage o presidente da Associação dos Armadores.

EXPERIÊNCIA

José Felipe contou ainda uma experiência que ele considera importante para o caso do Espírito Santo de maneira particular: "Em 1971, através de um convênio com a FAO, o Governo da Flórida adquiriu 10 toneladas de sementes de mangues da ilha das Caieiras. Essa quantidade foi apanhada naquela mesma região e levada para os Estados Unidos".

E continuando: "Essa compra foi feita porque aquele Estado americano necessitava fazer o reflorestamento de seus mangais, que foram destruídos os de Vitória, ou seja, com aterros".